

*COMMODIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TEMPOS DE HEGEMONIA
FINANCEIRIZADA*

*COMODIFICACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN TIEMPOS DE HEGEMONÍA
FINANCIERA*

*COMMODIFICATION OF HIGHER EDUCATION IN TIMES OF FINANCIALLY
HEGEMONY*

Alisson Slider do Nascimento de Paula¹

Kátia Regina Rodrigues Lima²

Frederico Jorge Ferreira Costa³

Emmanuel Lima Ferreira⁴

Resumo: O presente artigo objetiva expor os elementos subjacentes ao processo de *comodificação* da educação superior sob o viés da hegemonia financeirizada do capital. Para o trato teórico-metodológico, utilizou-se as bases do materialismo histórico-dialético, compreendendo o objeto como um todo articulado. Como procedimento, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Considerou-se que a educação superior localizada no cenário de mundialização do capital, hegemônica pelo rentismo, é concebida como mercadoria a ser comercializada no mercado educacional. Esse processo tem especificidades em função do Brasil ocupar posição dependente dentro do metabolismo global do capital.

Palavras-chave: Comodificação; Educação Superior; Hegemonia Financeira.

Resumen: El presente artículo objetiva exponer los elementos subyacentes al proceso de *comodificación* de la educación superior bajo el sesgo de la hegemonía financiera del capital. Para el trato teórico-metodológico, se utilizaron las bases del materialismo histórico-dialéctico, comprendiendo el objeto como un todo articulado. Como procedimiento, se trata de una investigación bibliográfica y documental. Se consideró que la educación superior ubicada en el escenario de mundialización del capital, hegemónica por el rentismo, es concebida como mercancía a ser comercializada en el mercado educativo. Este proceso tiene especificidades en función de Brasil ocupar posición dependiente dentro del metabolismo global del capital.

Palabras clave: Comodificación; Educación universitaria; Hegemonía Financiera.

Abstract: The present article aims to expose the elements underlying the process of *commodification* of higher education under the bias of the financial hegemony of capital. For theoretical-methodological treatment, the bases of historical-dialectical materialism were used, understanding the object as an articulated whole. As a procedure, this is a bibliographical and documentary research. It was considered that the higher education located in the scenario of globalization of capital, hegemoned by the rentier, is conceived like merchandise to be commercialized in the educational market. This process has specificities in function of Brazil occupy dependent position within the global metabolism of capital.

Keywords: Commodification; College education; Financial Hegemony.

Introdução

A educação superior brasileira a partir da década de 1990 vivencia um processo complexo de expansão mercantilizada. Este movimento se dá em função das transformações do modo de acumulação

do capital estarem centradas na lógica da financeirização. Esta atual configuração do capitalismo efetua o movimento de expansão de mercadorias, implicando no processo de transformação, inclusive, de bens públicos em serviços privados.

No Brasil esse processo incorpora elementos próprios de sua particularidade dependente e o processo de mercadorização associa-se a lógica da *commodificação* da educação superior. Noutras palavras, esse processo assemelha-se a lógica do padrão dependente de educação superior.

O objetivo deste trabalho é analisar os elementos subjacentes ao processo de *commodificação* da educação superior sob o viés da hegemonia financeirizada do capital. No tocante ao aspecto metodológico, esta pesquisa constitui-se um estudo bibliográfico e documental, ancorado no materialismo histórico-dialético.

Neoliberalismo, hegemonia financeira e o caráter privado estatal

O neoliberalismo se expressa historicamente como uma teoria de práticas político-econômicas que apregoa as capacidades empreendedoras individuais no interior da sociabilidade capitalista como direitos concretos à propriedade privada, livre mercado e livre comércio. Harvey (2005, p. 43), caracteriza o papel do Estado nessa racionalidade como o de “criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro”. Além disso, no neoliberalismo, o Estado deve, inclusive, estabelecer estruturas para garantir e assegurar o funcionamento de mercados, assim como se na ausência de mercados em setores potencialmente rentáveis para o capital, estes devem ser criados, caso seja necessário, através da intervenção estatal.

É oportuno ressaltar que a intervenção estatal não deveria ultrapassar esses limites, ou seja, sua ação deve ser mínima”, isto é, restrita ao favorecimento da reprodução e acumulação capitalista.

Destarte, a partir de 1970, o neoliberalismo foi acolhido por diversos países e seus apontamentos para desregulamentação, privatização e saída do Estado de várias áreas de bem-estar social foram irradiados. Tal concepção, formulada, inicialmente, por Hayek (1994) tendo como adeptos: Milton Friedman, Lionel Robbins, Karl Popper, Walter Eupken, Ludwig Von Mises, dentre outros, centrava-se na unidade e organização desses intelectuais do capital que buscavam combater o *keynesianismo*, além de preparar bases para *reformular o capitalismo*, objetivando torná-lo mais rígido e livre de regimentos (ANDERSON, 1995).

Ao longo de mais de 25 anos o neoliberalismo definiu o curso do capitalismo, tanto nas formações sociais centrais como periféricas. Todavia, as crises que marcaram o sistema de metabolismo do capital nos anos 2000, em especial a de 2008 crise de *subprime*⁵, implicaram em metamorfoses significativas e engendrando uma nova *hegemonia financeira*.

Consoante Duménil e Lévy (2007, p. 02), a definição de neoliberalismo, nesse contexto, pode ser compreendida como

[...] uma configuração de poder particular dentro do capitalismo, na qual o poder e a renda da classe capitalista foram restabelecidas depois de um período de retrocesso.

Considerando o crescimento da renda financeira e o novo progresso das instituições financeiras, esse período pode ser descrito como uma nova hegemonia financeira, que faz lembrar as primeiras décadas do século XX nos EUA.

Esse movimento articulado à crise estrutural de 1970 (MÉSZÁROS, 2002), condicionou transformações no sociometabolismo do capital que culminou em um novo padrão de acumulação que se desdobra em escala global, possibilitando a circulação de capital. Esse regime de acumulação tem como principais detentores de poder as instituições financeiras, representadas pelos bancos, fundos de pensão, fundos de investimento, seguradoras dentre outras e a evolução de operações financeiras superam o movimento do Produto Interno Bruto (PIB) (REIS, 2016).

Nessa esteira, Reis (2016) recorre aos dados apresentados por Chesnais (1998) para analisar a taxa de crescimento de ativos financeiros, no período entre 1980 a 1992, e considera que estiveram acima da economia real. De acordo com o autor *supra*,

[...] no período de 1980 a 1992, a taxa média anual de crescimento do estoque de ativos financeiros (6% ao ano) foi 2,6 vezes superior à taxa média anual da formação bruta de capital fixo (2,3% ao ano) nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Tais números indicam que o crescimento dos ativos financeiros (ações e títulos negociáveis) tem se dado num ritmo superior ao crescimento da chamada economia real. (REIS, 2016, p. 19).

Reis (2016) destaca, ainda, que a riqueza está cada vez mais concentrada nas mãos das instituições financeiras. Esse movimento concentrador é alimentado pela formação de capital fictício e pelo direcionamento da riqueza para a esfera financeira (CHESNAIS apud REIS, 1996). O pagamento da dívida pública, mecanismo para transferência de riquezas para a esfera financeira, consome os recursos orçamentários dos Estados nacionais e impulsiona o processo de valorização do capital financeiro em favor de grupos rentistas e empresas transnacionais. (REIS, 2016).

Com a *hegemonia neoliberal*, a partir de 1980, o saque ao fundo público é intensificado mediante o pagamento da dívida pública que cresceu exponencialmente com a titularização e as estratosféricas taxas de juros. O caso brasileiro é emblemático desse fenômeno.

O peso da dívida pública sobre os países endividados do capitalismo periférico e, recentemente, do capitalismo central, leva os governantes de tais países a adotarem os pacotes de ajuste fiscal, preconizados pelos organismos representativos do capital financeiro mundializado (FMI e Banco Mundial), de modo a garantir os privilégios dos grandes grupos detentores dos títulos da dívida pública. O saque dos recursos orçamentários dos Estados nacionais, por meio do mecanismo da dívida pública, converteu-se numa das “saídas”, do ponto de vista do capital, para a atual crise de acumulação (REIS, 2016, p 19).

A orientação de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), nos anos 1990, foi de reconfiguração do Estado e ajustes na política econômica privilegiando o pagamento da dívida pública em detrimento de investimentos em políticas sociais (educação, saúde, previdência etc.) A “reforma” do Aparelho de Estado foi assentada em três pilares — privatização, publicização e terceirização — visando diluir, de fato, as fronteiras entre o público e o privado no Estado brasileiro.

A tentativa de legitimação das posições teóricas do neoliberalismo foi ancorada na polarização público e privado. Essa polarização, consoante Sader (2003), possibilita a caracterização do estatal como

setor ineficiente, que oferta maus serviços mas arrecada grande montante de impostos do conjunto da sociedade civil. Num sentido contrário, o privado é caracterizado, por seu turno, como local da liberdade individual, de criação e dinamismo.

O Estado brasileiro tem sido facilmente desqualificável, porque tornou-se um Estado privatizado. Um Estado que arrecada do mundo do trabalho e transfere recursos para o setor financeiro, gastando mais com o pagamento dos juros da dívida do que com educação e saúde. Um Estado que paga taxas de juros estratosféricas ao capital financeiro, mas remunera pessimamente seus professores e seus trabalhadores do setor de saúde pública, aqueles mesmos que prestam serviços à massa da população. Um Estado que não assegura os direitos básicos para a grande maioria da população, mas que dilapidou o patrimônio público em processos de privatização financiados com o próprio dinheiro público. Por oposição, o privado surge como pólo privilegiado (SADER, 2013, s/p.).

O autor *supra* esclarece que, não obstante tal polarização, os termos estatal e privado não são explicitamente contraditórios, contudo, o primeiro corresponde a um campo de disputa entre as diversas frações da burguesia e em determinados contextos de crescimento econômico o Estado pode fazer concessões e atender algumas reivindicações dos trabalhadores. Foi o que ocorreu no período pós-guerra com o *Welfare State*, nos países centrais. Porém numa conjuntura de hegemonia neoliberal, a correlação de forças é favorável aos interesses mercantis. No que tange ao segundo, corresponde à esfera não do individual mas dos interesses mercantis. As privatizações expressam bem isso pois “não constituíram processos de desestatização em favor dos indivíduos, mas das grandes corporações privadas, aquelas que dominam o mercado – a verdadeira cara por trás da esfera privada no neoliberalismo” (SADER, 2003, s/p.).

Nessa acepção, o polo que se opõe ao estatal representa os mecanismos do mercado que nega a cidadania, nega direitos socialmente conquistados pela *classe-que-vive-do-trabalho*, metamorfoseia direitos em serviços a serem ofertados no próprio mercado, além de cobrar taxas por serviços estatais. Com efeito, a polarização, em verdade, se efetua entre o público e o mercantil. É no interior do Estado que se desenvolve a luta entre os interesses públicos e os interesses mercantis.

A educação como direito passa a sofrer intervenções em sua transição para mercadoria, em especial a educação superior. De direito público à serviço privado/mercantil, de preocupação com a formação humana aos interesses da certificação em larga escala em prol do lucro empresarial. Todavia, esse processo se efetua dentro de um cenário de tensões entre o setor do capital e o da *classe-que-vive-do-trabalho*.

Padrão dependente de educação superior e commodificação

As relações de dominação envolvendo os países do centro sobre os da periferia capitalista é algo incontestável. Estas relações estão calcadas na estrutura global do capital. É lícito destacar que, as nações periféricas configuram o cenário dos países de capitalismo dependente⁶. Esta lógica, da mundialização do capital⁷, implica, de modo direto, um aprofundamento da heteronomia institucional da educação superior, ou seja, num padrão dependente de educação superior⁸.

Fernandes (1979 apud LEHER 2010) sustenta que a modernização implementada pela ditadura civil-militar teve como principal desdobramento a heteronomia cultural. Leher (2010) destaca o perigo apontado por Fernandes de se associar, equivocadamente, de forma direta industrialização e desenvolvimento. Ressalta ainda, as repercussões futuras, indicadas pelo sociólogo, do modelo de industrialização dos militares sobre a universidade brasileira.

La industrialización es realizada por médio de la hiperexplotación del trabajo y de la intensa expropiación de los recursos naturales y, a su vez, cuando implica el uso de ciencia y tecnología, éstas son conformadas a las demandas instrumentales de los contratantes, situación exacerbada por la propiedad intelectual. Em sínteses, el desarrollo, limitado por los carriles de dos desarrollos, refuerza y perpetúa la heteronomía. Y, por eso, Fernandes concluye que la universidad sería enexorablemente reconfigurada, profundizando su alienación. (LEHER, 2010, p. 39).

No contexto contemporâneo, os organismos internacionais empreendem a manutenção da dependência capitalista dos países da periferia, em especial o Banco Mundial (BM), que dissemina orientações às nações periféricas acerca de diversos setores, aqui será dado ênfase à educação superior que no discurso do BM deveria receber a conotação de educação *terciária* via diversificação institucional, dos cursos e de fontes de financiamento, impulsionando a expansão de instituições privadas de educação superior (IPES), assim como a corrosão do modelo alemão (*neo-humboldtiano*) que articula ensino, pesquisa e extensão.

O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (BANCO MUNDIAL, 1997) aponta críticas ao Estado referente ao seu protagonismo na regulação de conflitos sociais, o que, supostamente, teria sido responsável pela crise fiscal dos Estados de países de capitalismo dependente. Esta tese ratifica a ideia do Estado não ter condições de financiar isoladamente os serviços públicos. Deste modo, conforme o Relatório, apenas alguns serviços como saúde e educação ficariam sob responsabilidade estatal, e os demais estariam sob tutela da iniciativa privada. Contudo, o Relatório direciona também crítica à educação superior, no que toca ao financiamento público deste nível de ensino nos países dependentes. Este relatório orientou a “reforma” do aparelho do Estado iniciada na década de 1990 no Brasil.

Lima (2011) empreende uma análise magistral acerca do presente Relatório e compreende que, para o BM, o papel do Estado deveria se desdobrar

[...] a) em ações que promovam segurança pública (do combate à violência às parcerias com os empresários e trabalhadores o financiamento do sistema de seguridade social); b) na elaboração de uma regulamentação eficaz que aproveita as ‘forças do mercado’ em benefício dos ‘bens públicos’, estimulando as parcerias público-privadas; c) no incentivo à política industrial, inclusive com subvenções para o setor privado ; d) na gestão eficaz da privatização das empresas estatais; e) no estímulo maior ‘competência’ no interior da administração pública, através de um sistema de contratação por mérito e de avaliação por produtividade e f) na formulação de políticas que viabilizasse a participação dos empresários, dos sindicatos e dos usuários na supervisão dos serviços da administração pública (p. 89).

Essa lógica se caracteriza como processo de *commodificação* da educação superior. O processo de *commodificação* parte do conceito de *commodity* que representa artigos de comércio, ou seja, mercadoria. Utiliza-se essa expressão para descrever produtos com baixo valor agregado. Nessa acepção, *commodificação* está atrelado à redução de um bem em matéria-prima, a ser comercializada no caso específico, no mercado

educacional preconizado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) através do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (AGCS-OMC). Concernente o AGCS-OMC, este acordo aponta para a necessidade da educação superior estar localizada no setor de serviços educacionais não responsabilizados pelo Estado, cabendo ao mercado sua manutenção. Todavia, esse processo não foi homologado no Brasil, não obstante a existência de mecanismos políticos e jurídicos visando tornar realidade essa ideia.

Fairclough (2011, p. 255 apud LEHER, 2010, p. 42) analisa o avanço da inserção da educação superior no setor de serviços e caracteriza o processo de *commodificação* como:

[...] el proceso por el cual el dominio y las instituciones sociales, cuyo propósito no es la producción de mercaderías, em el sentido económico restringido de artículos para la venta, son, no obstante, organizados y definidos em términos de producción, distribución y consumo de mercaderías.

O processo de *commodificação* da educação superior configura uma lógica para uma esfera denominada de *capitalismo acadêmico* (SLAUGHTER; LESLIE, 1999). Leher (2010) compreende que o capitalismo acadêmico parte da noção de baixa rentabilidade da educação superior e que sua manutenção não deveria estar a cargo do Estado, assim, deveria buscar formas de *autofinanciamento* sem necessitar de subsídio financeiro governamental.

No documento publicado pelo BM em novembro de 2017 intitulado: “*Um ajuste justo – Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*”, o BM compreende que o financiamento de universidades públicas estatais é ineficiente. Conforme o documento: “Os gastos públicos com ensino superior também são altamente ineficientes, e quase 50% dos recursos poderiam ser economizados” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 121). Esta passagem desconsidera a relevância dessas instituições para a produção de ciência e tecnologia para o país e a necessidade de sua manutenção (salários de professores, servidores técnico-administrativo e aposentados, infraestrutura etc.) com financiamento público. Na concepção do BM estas instituições devem buscar meios próprios de financiamento, isto é, buscar sua sustentabilidade no mercado.

Ao traçar um comparativo referente à taxa de crescimento das instituições de educação superior, é possível observar que, mesmo que as instituições de educação superior públicas tenham apresentado crescimento significativo, a quantidade de IPES no país é muito superior, conforme pode ser visualizado na Tabela 1.

Tabela 1. Expansão das Instituições de Educação Superior – Conforme categoria administrativa (2009-2016)

Ano	Municipal	Estadual	Federal	Total de Públicas	Privadas
2009	67	84	94	245	2.069
2010	71	108	99	278	2.100
2011	71	110	103	284	2.081
2012	85	116	103	304	2.112
2013	76	119	106	301	2.090
2014	73	118	107	298	2.070
2015	68	120	107	295	2.069
2016	66	123	107	296	2.111
Δ 2009-2016	-1,49%	46,43%	13,83%	20,82%	2,03%

Fonte: Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2013; 2014;2015;2016).

A tabela 1 apresenta um marco temporal de 2009 a 2016. Consta-se que o crescimento das instituições de educação superior no Brasil é de 4,02%. As instituições públicas apresentam um crescimento superior de 20,82%, apesar da queda de 1,49% nas instituições públicas municipais. As instituições estaduais apresentaram um crescimento de 46,43%, enquanto as instituições federais tiveram um crescimento da ordem dos 13,83%. Concernente às IPES, constata-se um crescimento de 2,03%. Contudo, é nítida a diferença entre a quantidade de instituições privadas e públicas. As instituições públicas representam somente 12,29% da quantidade total, o que evidencia um grande desequilíbrio envolvendo o setor público estatal e o setor privado-mercantil, logo, este último concentra 87,71% do total de instituições de educação superior no Brasil.

O panorama que se apresenta no Brasil corresponde à tendência expansiva do capital financeirizado. Nessa perspectiva os bens públicos são transformados em mercadorias. A expansão e hegemonia, no tocante a quantidade, das IPES evidencia o processo de *commodificação* da educação superior, logo, em grande parte das IPES não há a preocupação com a realização de atividades acadêmicas fundamentais para a produção de ciência — a pesquisa e a extensão —, centrando a formação na graduação apenas no ensino e contribuindo para o aligeiramento dos cursos de graduação. Este fenômeno é impulsionado também pelo uso indiscriminado e mercantil da educação a distância-EaD, que tornou-se exequível a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96 e do arcabouço jurídico-político constituído a partir dos anos 1990.

Considerações finais

A educação superior localizada no cenário de mundialização do capital, hegemonizado pelo rentismo, é concebida como mercadoria a ser comercializada no mercado educacional. Esse processo tem especificidades em função do Brasil ocupar posição dependente dentro do metabolismo global do capital. A lógica da mercadoria que é transplantada na educação superior é de *commodificação*, ou seja, de matéria-prima, com baixo valor agregado e importadora de conhecimentos produzidos nos países centrais.

O atual Ministro da Educação, Mendonça Filho, mostra-se em acordo com as novas orientações do Banco Mundial apresentadas em seu novo documento, *Um ajuste justo – Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil* (2017). Estas orientações sugerem que a educação superior pública num país da periferia capitalista não deve ofertar tal serviço público, e sim de forma privada. Esta tese está em consonância com as teses publicadas em documento do BM datado de 1994: “*Educação superior: as lições da experiência*”.

A conjuntura atual é de aprofundamento do ataque aos direitos dos trabalhadores (contrarreforma da previdência e trabalhista, lei das terceirizações). Os trabalhadores da educação não estão imunes a esta lógica e enfrentam a nova *contrarreforma da educação superior* capitaneada por Mendonça Filho).

A necessidade de organização e de resistência se coloca mais uma vez na ordem do dia. O cenário *ultraconservador* corrói os pilares democráticos, projetos cada vez mais cerceadores de liberdades democráticas são postos na esteira do cotidiano do cenário educacional.

Referências

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 09-23.
- ANTUNES, R. Continente do labor. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BANCO MUNDIAL. La enseñanza superior – Las lecciones derivadas de la experiencia. Washington, 1994. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.br>>. Acesso em: 9 abr. 2010.
- BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. O Estado em um mundo em transformação. 1997. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.br>>. Acesso em: 27 nov. 2017.
- BANCO MUNDIAL. Um ajuste justo – Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Washington, 2017. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>>. Acesso em: 30 nov. de 2017.
- CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- DUMENIL, G.; LEVY, D. Neoliberalismo: neo-imperialismo. **Econ. soc.**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 1-19, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182007000100001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 nov. 2017.
- FERNANDES, F. Universidade brasileira: reforma ou revolução? São Paulo, SP: Alfa-Omega, 1975.
- HARVEY, D. O neoliberalismo – história e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.
- HAYEK, F. A caminho da servidão. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - Inep. **Censo da Educação Superior 2013**. Brasília, DF: Inep, 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 12 out. 2017.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - Inep. **Censo da Educação Superior 2014**. Brasília, DF: Inep, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 11 out. 2017.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - Inep. **Censo da Educação Superior 2015**. Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 11 out. 2017.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - Inep. **Censo da Educação Superior 2016**. Brasília, DF: Inep, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 11 out. 2017.
- LEHER, R. Capitalismo dependiente y Educación: propuestas para la problemática universitaria. In: LEHER, R. (Org.). Por una reforma radical de las universidades latinoamericanas. 1ed. Rosário: Homo Sapiens Ediciones, 2010, v. 1, p. 19-93.
- LIMA, K. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. Revista Katálysis, Florianópolis, v.14, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802011000100011/17722>>. Acesso em 27 nov. 2017.
- MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

REIS, L. F. Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidade federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014). *Universidade e Sociedade* (Brasília), v. 26, n. 57, 2016. Disponível em:< <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-141512924.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

SADER, M. Público versus privado. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 19 de junho de 2003. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/fz1906200310.htm>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

SLAUGHTER, S.; LESLIE, L. L. *Academic capitalism – politics, policies, and the entrepreneurial university* (Baltimore, EE.UU./Londres, Gran Bretaña: The Johns Hopkins University Press), 1999.

Notas:

- ¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE). Professor do Centro Universitário Inta (UNINTA). Membro do Grupo de Pesquisa Ontologia do Ser Social, História, Educação e Emancipação (GPOSSHE). Email: alisson.slider@yahoo.com
- ² Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (PPGE-UFC). Membro do Grupo de Pesquisa Ontologia do Ser Social, História, Educação e Emancipação (GPOSSHE). Email: kareli2004@yahoo.com
- ³ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE). Membro do Grupo de Pesquisa Ontologia do Ser Social, História, Educação e Emancipação (GPOSSHE). Email: frederico1917@yahoo.com
- ⁴ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor da Universidade Regional do Cariri (URCA). Membro do Grupo de Pesquisa Ontologia do Ser Social, História, Educação e Emancipação (GPOSSHE). Email: emmanoellima@yahoo.com
- ⁵ A crise de *Subprime* se trata da crise financeira eclodida em 2007, através o desmoronamento do índice *Dow Jones*, estimulada via permissão de empréstimos hipotecários de alto risco.
- ⁶ Fernandes (1975) compreende o conceito de capitalismo dependente como aspecto inerente ao padrão do desenvolvimento do capital, além de ser particularidade da formação econômica brasileira na divisão internacional do trabalho.
- ⁷ A dominação capitalista firma-se apenas em escala planetária, permeado de contrações inerentes ao seu sistema de organização global. Nesse sentido, efetiva-se a mundialização do capital.
- ⁸ O padrão dependente de educação superior está calcado na lógica da função deste nível de ensino para os países da periferia capitalista, isto é, importante campo de exploração lucrativa para o setor privado/mercantil local e internacional.

Recebido em: 08/01/2018

Aprovado em 23/02/2018